

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS  
INFORME BRASIL Nº 14/2014**

Período: 03/05/2014 – 09/05/2014

**GEDES – Brasil**

- 1- Rodolfo Konder, o primeiro jornalista a denunciar morte de Vladimir Herzog, morreu no dia 01/05/14
- 2- Política de “neutralização” foi adotada contra a Guerrilha do Araguaia
- 3- Presidente de Comissão Municipal da Verdade de São Paulo afirmou que Juscelino Kubitschek foi assassinado
- 4- Jornal relembrou decreto que criou a disciplina Educação Moral e Cívica durante o regime militar
- 5- Navios da Marinha dão apoio a pesquisas na Antártida
- 6- Caso Malhães I: morte de coronel ainda causa dúvidas à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro
- 7- Caso Malhães II: viúva afirmou que o marido mentiu no depoimento à Comissão Nacional da Verdade

1- Rodolfo Konder, o primeiro jornalista a denunciar morte de Vladimir Herzog, morreu no dia 01/05/14

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Rodolfo Konder, falecido no dia 01/05/14, foi o primeiro a denunciar o assassinato do jornalista Vladimir Herzog em 1975, contrariando a versão oficial de suicídio defendida pelo regime militar (1964-1985). A *Folha* afirmou que à época da morte de Herzog, Konder também se encontrava preso nas dependências do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do 2º Exército. Konder foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, após o fim do regime, foi presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e fundador da Anistia Internacional no Brasil. Além de exercer a função de secretário municipal de Cultura de São Paulo durante os governos de Paulo Maluf (1993-1996) e Celso Pitta (1997-2000), também trabalhou em quase todas as grandes redações do país. Atualmente, era membro do Conselho Municipal de Educação. (*Folha de S. Paulo - Cotidiano - 03/05/14*)

2- Política de “neutralização” foi adotada contra a Guerrilha do Araguaia

De acordo com cinco depoimentos concedidos à Comissão Nacional da Verdade (CNV) e obtidos pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, após o insucesso das primeiras operações convencionais das Forças Armadas contra a Guerrilha do Araguaia (1979), a presidência da República adotou uma política de “eliminação” e “neutralização” dos adversários políticos. Está é a primeira vez que oficiais da reserva do Exército, detentores de poder de comando durante à guerrilha, falaram sobre o movimento armado à CNV. Segundo o então tenente-coronel e hoje coronel da reserva Idyno Sardenberg Filho, o comando dos combates na fase “decisiva” ficou em Marabá, no estado do Pará, em uma unidade improvisada pelo Centro de Informações do Exército (atual CIEEx), na qual eram mantidos sob custódia os guerrilheiros que, a partir de 1973, foram fuzilados. Sardenberg Filho afirmou que recebeu dinheiro do general Milton

Tavares para o trabalho de inteligência que sustentou a fase final e de eliminação da guerrilha. De acordo com o general da reserva Álvaro Augusto Pinheiro, a vitória do Exército impediu que militares das forças especiais estadunidense, conhecidos com boinas verdes, fossem enviados ao Brasil. Outros depoimentos à CNV demonstraram a pressão para que o Exército libere o acesso ao arquivo do CIEEx, o qual pode esclarecer em definitivo as circunstâncias das execuções sumárias de 41 guerrilheiros presos ou rendidos. (O Estado de S. Paulo - Política - 04/05/14)

### 3- Presidente de Comissão Municipal da Verdade de São Paulo afirmou que Juscelino Kubitschek foi assassinado

Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, Gilberto Natalini, presidente da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog (CMVVH) de São Paulo, contrariou o parecer da Comissão Nacional da Verdade (CNV) afirmando que o ex-presidente da República Juscelino Kubitschek não morreu em um acidente de trânsito. Segundo Natalini, a CNV desconsiderou diversos fatores que indicam que Kubitschek foi assassinado. Segundo a acusação oficial, um ônibus da Viação Cometa colidira com o automóvel onde estavam o ex-presidente e seu motorista, Geraldo Ribeiro, lançando-o contra um caminhão. A investigação da CNV, no entanto, não levou em consideração que Kubitschek e Ribeiro morreram três minutos após deixarem o hotel-fazenda do brigadeiro Newton Junqueira Villa-Forte, um dos criadores do Serviço Nacional de Informações (SNI) e ligado ao general Golbery do Couto e Silva, então ministro da Casa Civil, e ao general João Baptista Figueiredo, chefe do SNI em 1976. A investigação ainda menosprezou o testemunho de passageiros do ônibus que, unanimemente, afirmaram não ter havido colisão. Em depoimento para a CMVVH, o jornalista Ivan Machado relatou que policiais rodoviários alteraram a posição do veículo antes que a perícia o examinasse. Natalini afirmou que a CNV ignorou também a ameaça de morte à jornalista que divulgou que Sarah Kubitschek, viúva do ex-presidente, acreditava no assassinato do marido, além da declaração de Josias Nunes de Oliveira, motorista que dirigia o ônibus, o qual afirmou ter recebido uma oferta de suborno para assumir a responsabilidade pela morte de Kubitschek. Por fim, ignorou-se também o depoimento de Ademir Jahn motorista que declarou ter visto a cabeça de Ribeiro caída entre o volante e a porta do veículo antes do choque com o caminhão. Além disso, o jornalista Carlos Heitor Cony apurou que ao deixar o hotel-fazenda, Ribeiro estranhou o carro e indagou se alguém mexera nele. Segundo Natalini, o “Relatório JK” elaborado pela CMVVH, aponta 103 itens que demonstram o assassinato do ex-presidente. (Folha de S. Paulo - Opinião - 06/05/14)

### 4- Jornal lembrou decreto que criou a disciplina Educação Moral e Cívica durante o regime militar

O jornal *O Estado de S. Paulo* lembrou o Decreto-lei n.º 869 de 1969, subscrito por militares durante o regime militar (1964-1985), o qual instituiu a disciplina “Educação Moral e Cívica” como obrigatória nas escolas brasileiras e criou a Comissão Nacional de Moral e Civismo, com o objetivo de estimular a consciência cívica. Dois anos após a aprovação deste decreto, passou a

vigorar a segunda versão da Lei de Diretrizes e Bases, a qual transformou a Comissão Nacional de Moral e Civismo em um órgão de doutrinação com o poder de controlar o ensino indicando professores e fixando programas. Assim, a disciplina de Educação Moral e Cívica tornou-se obrigatória duas vezes por semana, no mínimo, em todas as séries, níveis e cursos. Após alguns anos a disciplina foi flexibilizada, se tornou opcional em 1992 e extinguiu-se em 1993. (O Estado de S. Paulo - Edu - 06/05/14)

#### 5- Navios da Marinha dão apoio a pesquisas na Antártida

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Brasil vive um bom momento em relação à ciência na Antártida: apesar de um incêndio ter destruído a estação brasileira Comandante Ferraz em 2012, as pesquisas foram retomadas e contam com o apoio de instalações provisórias em terra, além de dois navios da Marinha. Segundo o jornal, será lançada uma licitação internacional para a construção da nova base. (O Estado de S. Paulo - Metrópole - 06/05/14)

#### 6- Caso Malhães I: morte de coronel ainda causa dúvidas à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro

Segundo os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 06/05/14 a senadora Ana Rita Esgario, presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, e os senadores, João Capiberibe e Randolfe Rodrigues, juntamente com Wadih Damous, presidente da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, ouviram Rogério Pires, o caseiro do coronel Paulo Malhães. Malhães confessou ter torturado presos políticos durante o regime militar (1964-1985) e foi morto em seu sítio um mês após confessar a sua participação no desaparecimento do corpo do ex-deputado federal Rubens Paiva, à comissão. Após o depoimento, os parlamentares relataram que Pires negou envolvimento no caso, o que gerou novas controvérsias a respeito. Pires é analfabeto e o fato de nenhum defensor público ter acompanhado até agora os depoimentos e as investigações sobre o caso causaram estranhamento. O subcoordenador do Núcleo do Sistema Penitenciário (Nuspen) da Defensoria Pública do estado do Rio de Janeiro, Leonardo Meriguetti, disse que na fase de inquérito não é obrigatória a presença de um advogado ou defensor, mesmo Pires sendo analfabeto. Os parlamentares fizeram um pedido oficial ao Defensor Geral do Rio de Janeiro, solicitando que um advogado de defesa preste auxílio ao caseiro, além de requerer uma cópia do inquérito para ter acesso aos depoimentos de Pires. Segundo *O Estado*, Esgario relatou que o caseiro prestou informações desconstruídas e por isso a polícia trabalha com as hipóteses de latrocínio, homicídio por vingança e queima de arquivo. O jornal destacou que são suspeitos também os irmãos de Pires, Anderson e Rodrigo, que estão foragidos, além de um homem que não foi identificado por estar encapuzado no momento do crime. De acordo com *Folha*, há muitas dúvidas sobre o caso, como por exemplo, o testemunho da viúva do coronel que afirmou que havia mais criminosos fora da casa, o que levou a questionar o porquê apenas um homem estaria encapuzado no momento do crime, além do motivo de Malhães ter sido amarrado em um quarto separado da esposa e do caseiro. Damous relatou não estar convencido da tese de latrocínio levantada pela polícia e que

a visita teve como objetivo, entre outras coisas, garantir da segurança de Pires, pois acredita na possibilidade de o caso ter sido uma “queima de arquivo”. Segundo *O Estado*, após o pedido ser protocolado por Damous, a defensora pública da 2ª Vara Criminal de Nova Iguaçu, Raquel Ayres, foi nomeada para acompanhar o processo e os depoimentos de Pires. Além disso, a promotora da 7ª Promotoria de Investigação Penal de Duque de Caxias, Adriana Lucas Medeiros, solicitou a quebra de sigilo de dados dos envolvidos no caso e aguarda a conclusão dos laudos periciais para tomar novas providências. (Correio Braziliense - Política - 07/05/14; Folha de S. Paulo - Poder - 07/05/14; O Estado de S. Paulo - Política - 08/05/14)

#### 7- Caso Malhães II: viúva afirma que o marido mentiu no depoimento à Comissão Nacional da Verdade

De acordo com *Correio Braziliense*, Cristina Malhães, viúva do coronel Paulo Malhães, relatou ao jornal “O Dia” que o marido, antes de falecer, afirmou ter mentido no último depoimento a Comissão Nacional da Verdade (CNV), a respeito do desaparecimento do corpo do ex-deputado federal Rubens Paiva. Segundo a viúva, Malhães confirmou ter jogado o corpo de Paiva no rio, depois deste ter sido morto sob tortura no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operação de Defesa Interna (DOI-Codi) em 1971. Em declaração para a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, o coronel confirmou sua participação na operação que desapareceu com o corpo do ex-deputado, mas, posteriormente, mudou sua versão à CNV, na qual negou a existência da operação. Entretanto, o coronel confessou sua participação na equipe responsável por torturar, matar e ocultar cadáveres das vítimas do regime militar (1964-1985). Para que os mortos não fossem identificados os torturadores arrancavam-lhes os dedos e a arcada dentária, em seguida lançavam os corpos em um rio da Região Serrana, próximo à Casa da Morte, na cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro. (Correio Braziliense - Política - 07/05/14)

#### **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

#### **Equipe:**

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais);  
Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);  
David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex);  
Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações

Internacionais); Grazielle Gouveia (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Brando Coelho (Redator, graduando em Relações Internacionais)